

RESISTÊNCIA E/Y MEMÓRIA

PERSPECTIVAS IBERO-AMERICANAS

Coordenação de

Paula Godinho, Inês Fonseca e João Baía



FICHA TÉCNICA

Organização: IHC - Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Coordenação:

Paula Godinho, Inês Fonseca e João Baía

Formatação e Design:

Ana Prata

Capa (imagens):

António Alves e Vera Correia, Pintura de um mural realizado no âmbito do Projeto «40 anos, 40 murais», em Alcântara (16 de Março de 2014).

ISBN: 978-972-96844-3-2

Para citar este e-book:

GODINHO Paula, FONSECA, Inês e BAÍA, João, (Coords.), (2014), *Resistência e/y Memória - Perspectivas Ibero-Americanas* [Documento electrónico], Lisboa: IHC-FCSH/UNL.

© 2015. Instituto de História Contemporânea.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projecto UID/HIS/04209/2013.



RESISTÊNCIA E/Y MEMÓRIA

PERSPECTIVAS IBERO-AMERICANAS

COORDENAÇÃO DE:

Paula Godinho

Inês Fonseca

João Baía

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	1
1. MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: TEORIA E MÉTODOS	4
<i>Tempo, memória e resistência</i>	
Paula Godinho	5
<i>Argentina 1976-1983: la oposición obrera a la dictadura en la memoria de cinco trabajadores</i>	
Pablo A. Pozzi	16
<i>Ética, memória e silenciamentos: a militância política em contexto de tortura à luz das fontes orais</i>	
Miguel Cardina	28
<i>Memória da resistência ao Estado Novo num tempo sem tempo para a memória</i>	
Rui Bebiano	41
<i>O revisionismo histórico em Portugal: origens e efeitos na memória da Revolução e do Estado Novo</i>	
Luciana Soutelo	48
2. DITADURAS, REVOLUÇÕES E TRANSIÇÕES.....	58
<i>Los testimonios recuperados de los jueces contra el franquismo</i>	
Pilar Díaz Sánchez	59
<i>Memorias individuales de acciones colectivas – La Coordinadora Obrero Estudiantil durante el Tucumanazo (1969-1972)</i>	
Rubén Isidoro Kotler	70
<i>Memória – potencialidades e interditos entre os dirigentes da luta armada</i>	
Ana Sofia Ferreira	84
<i>Memorias del sindicalismo socialista durante la transición española</i>	
Pilar Domínguez Prats	93
<i>O 25 de abril, a Marinha e uma rede clandestina</i>	
Luísa Tiago Oliveira	105
3. TRANSMISSÃO, SOCIEDADE E FAMÍLIA.....	122
<i>Memória e resistência da cultura seringueira (1976-2011)</i>	
Marcos Montysuma.....	123
<i>Inspiração doméstica. As formas familiares de transmissão da militância política entre o operariado português durante o Estado Novo</i>	
Bruno Monteiro	131
<i>Biografía de Miguel Burgas, el primer diputado comunista argentino</i>	
Mariana Mastrángelo	142
<i>“Sobre isso, você devia era entrevistar a minha irmã” - A família Flor e os ditos e não ditos sobre a crise da Lisnave na década de 1980</i>	
Inês Fonseca	151
<i>Notas hacia una conceptualización del exilio obrero chileno: marcas y claves identitarias</i>	
Mónica Gatica.....	162

<i>Lutas pelo passado e usos do passado em contexto de inovação industrial: o bicentenário da fábrica Stephens na Marinha Grande</i>	
Emília Margarida Marques.....	178
4. O GÉNERO DAS MEMÓRIAS.....	190
<i>Voces de mujeres del movimiento social en Argentina. Perspectivas y experiencias</i>	
Cristina Viano.....	191
<i>Memórias femininas da ditadura chilena: resistência e contra-hegemonia</i>	
Sónia Ferreira.....	202
<i>O mergulho na clandestinidade</i>	
Vanessa de Almeida.....	214
<i>Literatura sem cordel: 3 páginas e AVoz das Camaradas das Casas do Partido. Espaços de formação na clandestinidade comunista</i>	
Cristina Nogueira.....	225
5. LIMIARES E LUGARES DE MEMÓRIA.....	239
<i>Fronteiras de lutas e memórias: as narrativas do passado nos conflitos do presente na fronteira Paraguai-Brasil</i>	
José Lindomar C. Albuquerque.....	240
<i>Memórias e resistências na guerra civil de Espanha: processos de emblematização na raia luso-espanhola</i>	
Dulce Simões.....	252
<i>Contrabando na raia da Idanha: entre as máscaras da ilegalidade e os discursos nacionalistas</i>	
Eduarda Rovisco.....	263
<i>Lisboa, cidade de resistência.</i>	
Maria Alice Samara.....	272
6. USOS POLÍTICOS DA MEMÓRIA.....	278
<i>Capturar o passado. Etnografar a revolução portuguesa de 1974</i>	
Sónia Vespeira de Almeida.....	279
<i>Historiografia e Resistência: historiadores críticos do golpe de 1964 e da ditadura</i>	
Lucileide Costa Cardodo.....	292
<i>Los lugares de memoria en España: una perspectiva espacial de estudio</i>	
Sergio Claudio González García.....	304
<i>El descanso de los muertos. Territorios del morir y del permanecer</i>	
María García Alonso.....	315
<i>Revisão e revisionismo na historiografia brasileira contemporânea</i>	
Carlos Zacarias de Sena Júnior.....	325

LUTAS PELO PASSADO E USOS DO PASSADO EM CONTEXTO DE INOVAÇÃO INDUSTRIAL: O BICENTENÁRIO DA FÁBRICA STEPHENS NA MARINHA GRANDE.

Emília Margarida Marques.

CRIA-IUL

É certamente sinal dos tempos que um mesmo autor tenha em 1989 publicado um livro sobre os processos de memória social e vinte anos depois outro sobre o “esquecimento estrutural” da modernidade (Connerton, 1989; 2009). Neste último, Connerton ocupa-se do modo como certas dinâmicas contemporâneas (urbanísticas, económicas, laborais) crescentemente privam os sujeitos das referências, materiais e relacionais, que lhes permitem estabelecer relação com o passado. Focando especificamente o mundo do trabalho, havia já Sennet (1998) assinalado como o capitalismo contemporâneo desvaloriza o passado do trabalhador, exigindo-lhe disponibilidade para começar do zero a cada passo. Mais recentemente, tem-se observado a que ponto a precariedade e a incerteza laborais e económicas condicionam a vivência do tempo, coarctando a possibilidade de viver uma “incremental temporality” (Smith, 2015) – isto é, a possibilidade de acumular sequencialmente recursos, relações e memórias, e dispor deles num contexto de relativa previsibilidade. Um número crescente de pessoas vive, assim, num tempo pontuado (Guyer, 2007) em que tanto o passado como o futuro, mesmo o mais próximo, lhe são usurpados.

O caso de estudo que aqui se discute (usos conflitantes do passado na fábrica vidreira Stephens da Marinha Grande, aquando da sua submissão à tutela do Instituto Nacional de Investigação Industrial, na década de 1960¹⁵⁶) exemplifica precisamente uma tentativa de usurpação do passado colectivo e socialmente construído em contexto laboral. Aqui, essa diligência é enquadrada não por um ambiente de incerteza e precariedade mas pela intenção de introduzir inovação organizacional 'racionalizante', com prejuízo de um estabelecido património operário de controlo do próprio trabalho e reprodução social – sugerindo que o despontar de dinâmicas de usurpação temporal não se associa a uma determinada época mas sim a determinadas distribuições de poder e lutas em seu torno.

Os usos conflitantes do passado local desencadeados, no caso vertente, pela configuração dessa distribuição e dessas lutas, bem como o que deles actualmente subsiste, corroboram aquisições clássicas e até hoje reafirmadas dos estudos de memória social, nomeadamente a plasticidade das narrativas do

¹⁵⁶Este texto, resultante de uma comunicação apresentada ao I Encontro da Red(e) Ibérica Resistência e/y Memória, retoma também parte da pesquisa em que se baseia um texto anterior (Marques, 1998a). Agradeço a Ana Carina Azevedo a gentileza de me comunicar alguns documentos que aqui utilizei.

passado, às quais são inerentes processos de selecção e re-significação e, de modo relacionado, o seu forte potencial enquanto recursos na relação e no conflito sociais (Halbwachs, 1925; French, 2012)

O INII: da 'investigação industrial' à 'racionalização' do trabalho operário

Embora muito esteja ainda em debate, na historiografia portuguesa, relativamente ao percurso da indústria e da política industrial ao longo do século XX, são geralmente reconhecidos o arranque, pelos anos 1950, de uma vaga industrializante que se avolumou nas duas décadas seguintes, alterando drasticamente a paisagem económica nacional, bem como o papel essencial do Estado, mais ou menos empurrado pelo contexto internacional, nesse arranque (Lains, 2003; Rosas, 1994; Rollo, 1994; Madureira, 1998). É nesse âmbito que se assiste, na década de 1950, à criação de vários organismos públicos de estudo e planeamento e/ou de apoio à actividade económica¹⁵⁷, entre os quais o Instituto Nacional de Investigação Industrial. Formalmente criado em 1957 (Lei 2 089), é efectivamente instituído apenas em 1959 (Decreto-lei 42 120), no âmbito do II Plano de Fomento (Murteira, 1964: 496), de imediato sendo a Fábrica Stephens colocada sob sua alçada.

Nos diplomas legais que o criam e enquadram, o INII anuncia-se como uma instância de investigação científica aplicada à indústria, à qual cabia disponibilizar documentação científica e técnica, realizar e difundir investigação “de utilidade para a indústria”, apoiar eventuais actividades de investigação e desenvolvimento realizadas pelas empresas (Lei 2 089). Na prática, porém, uma das suas principais acções foi a difusão entre nós de conceitos e práticas de gestão empresarial, nomeadamente de índole taylorista (incluindo a decomposição, standardização e cronometragem do gesto produtivo) com o objectivo explícito de promover o aumento da produtividade do trabalho industrial (Lima, 1982: 1349). Assim, no catálogo das edições do instituto relativo ao período 1962 / 74 (INII s.d.), os estudos de economia e de gestão têm lugar destacado. O catálogo organiza-os sobretudo em duas séries: “Economia” e “Produtividade”. Nesta última, o primeiro volume intitula-se *Métodos, movimentos e tempos de trabalho* (Santos, s. d.) e, embora indo já na quinta edição, encontra-se esgotado à data de elaboração do catálogo; juntam-se-lhe numerosas avaliações da evolução dos níveis de produtividade em vários sectores da indústria transformadora.

Como é geralmente sabido e como nota, para o caso português, Lima (1982: 1300) longe de revestir carácter estritamente técnico, “o *scientific management* permitiu aos capitalistas industriais o ataque ao poder e ao saber dos operários de ofício” (Lima, 1982: 1300, itálico do autor). Na verdade, uma separação clara entre decisão e controlo, por um lado, e execução, por outro, é intrínseca à diligência taylorista. Ora, como assinala o mesmo autor, a difusão do taylorismo entre nós, embora de início acompanhando cronologicamente, ainda que num plano quase exclusivamente doutrinário, no resto da

¹⁵⁷Casos, entre outros, do Centro de Estudos Económicos, em 1951 (Morais e Violante, 1985: 128) do remodelado Conselho Superior da Indústria, no mesmo ano (*idem*: 132) ou da própria Comissão Interministerial do Plano de Fomento, em 1959 (*idem*: 161).

Europa (primeiro vinténio de Novecentos), é depois travada pelas condições económicas, laborais e empresariais associadas às primeiras décadas da ditadura, no âmbito das quais a intensificação do trabalho e da acumulação se faz essencialmente por via do aumento de horários de trabalho e da descida salarial. Só no final dos anos 1950 as tendências racionalizadoras voltam a difundir-se, através de “gabinetes de estudo e organização estrangeiros e, ainda mais tarde, do Instituto Nacional de Investigação Industrial” – numa altura em que eram já outras as modas de gestão empresarial no mundo industrializado (Lima, 1982: 1310).

Pode talvez propor-se que esta insistência tardia no taylorismo terá simultaneamente respondido à preocupação do INII – partilhada, de resto, por vários círculos, inclusive oposicionistas, do pensamento económico no país – com o aumento da produtividade do trabalho industrial (associado, nalguns discursos de pendor mais fordista, a um correspondente e desejado aumento salarial) e, ao mesmo tempo, aos receios, alimentados no núcleo do regime, de que a industrialização pudesse trazer o indesejável crescimento de um proletariado industrial propenso à agitação laboral e política (Amaro, 1980, *apud* Lima, 1982: 1312). Uma industrialização associada à promessa de controlo taylorista das massas trabalhadoras, e um INII empenhado nessa tarefa, seriam ambos certamente mais aceitáveis do ponto de vista da ditadura.

A fábrica Stephens e os seus vidreiros

Em qualquer enumeração que se fizesse, em 1959, de “operários de ofício” na indústria portuguesa, teriam indubitavelmente lugar destacado os vidreiros da Marinha Grande. Num processo já então bissecular, haviam estes operários sabido mobilizar a seu favor as circunstâncias materiais da produção vidreira manual, acentuando e instituindo (i.e., tornando socialmente visível e reconhecido) as exigências de destreza manual e conhecimento da matéria-prima sobre as quais assentava o carácter qualificado do seu trabalho. Construindo e dominando autonomamente o saber técnico indispensável à marcha fabril os vidreiros detinham, assim, um assinalável controlo sobre o processo produtivo e o exercício do seu trabalho. Tanto o fabrico de objectos de vidro como a transmissão do conhecimento técnico decorriam no seio de equipas hierarquizadas – as obragens – cada uma encabeçada por um oficial que detinha considerável latitude de decisão relativamente a ambos os processos. Coexistindo e reforçando-se mutuamente, hierarquia interna e coesão face ao exterior salientavam-se como traços fundamentais deste grupo sócio-ocupacional¹⁵⁸.

A fábrica Stephens era talvez, em 1959, precisamente aquela onde melhor se poderiam observar estas particularidades. Alguns dos seus operários eram largamente reconhecidos, na Marinha Grande e fora dela, como “artistas”, e o seu trabalho como “arte”, classificação que elevava uns e outros acima de um nível prosaicamente fabril, e que evidentemente alastrava aos vidreiros e produção da fábrica no seu

¹⁵⁸Para fontes e desenvolvimento relativamente a todo este parágrafo, ver Marques (2000; 2009).

conjunto¹⁵⁹. Desde o final do século XIX (muito provavelmente desde o estabelecimento da linha férrea do Oeste) a fábrica (com algumas outras vidreiras locais, mas mantendo destaque) tornara-se lugar de visita por parte de forasteiros, num precoce exemplo de turismo industrial¹⁶⁰. Entrevistas com antigos vidreiros da Stephens, que aí trabalharam precisamente na época em causa, dão a ver o elevado nível de autonomia exercida pelos oficiais e obregens (Marques, 2000). Aliás, tanto o regulamento da fábrica de 1928 (Decreto-lei 15 716) como, mais tarde, o de 1954 (Decreto-lei 39 840) prevêem a presença operária na comissão consultiva do estabelecimento.

Criada pelo negociante inglês Guilherme Stephens em 1769, a partir de uma manufactura anterior, entretanto arruinada, que viera c. 1747 transferida de Coima (Barreiro) para a Marinha, a Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande passara à propriedade do Estado em 1826, por determinação testamentária do irmão e único herdeiro do proprietário inicial. Recebido com a má vontade que se calcula por um governo empenhando em afirmar-se liberal, o estabelecimento foi, ao longo dos noventa anos seguintes, objecto de sucessivos contratos de arrendamento (alguns deles intercalados por períodos sem laboração) até 1919, repetidamente tendo os vidreiros tentado influenciar a escolha do arrendatário, ou mesmo constituírem-se arrendatários eles próprios. Como corolário, a fábrica esteve entre 1919 e 1924 sob gestão de uma comissão administrativa com participação operária – que, contudo, recebendo uma fábrica com os fornos apagados, enfrentando crise económica e instabilidade política e tendo tido que se haver com resistências locais de várias ordens, não conseguiu fazê-la singrar¹⁶¹.

Assim, em 1924 o governo envia para o estabelecimento, com a missão inicial de avaliar a situação, um engenheiro estreitamente ligado aos círculos republicanos, que acabará por ser nomeado director em 1927 e radicar-se na localidade. Apesar das suas simpatias republicanas, e provavelmente por ter sabido reequilibrar o estabelecimento e manter uma paz laboral considerada suficiente, Calazans Duarte continua no cargo quando, mais de 30 anos depois, a fábrica passa à tutela do INII. Interessado pela história da fábrica, em particular pelos tempos stephenseanos (Marques, dir, 1996), os textos que deixou (Duarte, 1942, por exemplo) mostram a que ponto tornou suas as representações locais sobre os vidreiros 'artistas' e a especificidade marinhense que da sua presença decorre, tendo contribuído também para a narrativa de um Stephens 'iluminista', interessado em elevar o nível cultural dos seus operários. Chegado à fábrica numa altura em que esta se encontrava em grandes dificuldades e em que da comissão administrativa já só restavam os representantes dos trabalhadores (tendo os restantes debandado) é nestes que vai, muito provavelmente, apoiar a sua acção inicial. Os elementos disponíveis indicam que, ao longo das décadas, a sua relação, enquanto administrador da fábrica, com os vidreiros de topo e com um pequeno grupo de encarregados se manteve e reforçou, numa gestão que reconhecia

¹⁵⁹O vidreiro 'artista' é uma figura constante das narrativas do passado e identidade locais desde pelo menos meados de Oitocentos (Marques, 1995). Como exemplo do reconhecimento exterior dessa representação, um documentário de 1947 conservado no ANIM / Cinemateca Nacional (*Sinfonia de Cristal*, de Vítor Raposo) divulga e enaltece os 'artistas' vidreiros, especificando, entre outros, o caso de um gravador à roda que então apresentava regularmente o seu trabalho na Feira Popular, em Lisboa.

¹⁶⁰A referência mais precoce encontra-se no periódico local *Autonomia*, 12.05.1871; cem anos depois o *Jornal da Marinha Grande* (JMG) confirma a persistência deste fluxo (13.08.1971) que noutras ocasiões a imprensa local refere também.

¹⁶¹Para todo este parágrafo, ver fontes e desenvolvimento em Marques (1998b).

e coexistia com os modos instituídos de funcionamento e reprodução dos vidreiros enquanto grupo sócio-ocupacional¹⁶².

O INII trazia, porém, outro mandato, de resto condizente com o ponto de vista da administração central, a quem a fábrica surgia, desde havia muito, como um problema – em particular como um sorvedouro de dinheiros públicos¹⁶³– do qual os operários e a sua autonomia eram parte fundamental. Veja-se, por exemplo, esta passagem do relatório sobre a fábrica Stephens encomendado pelo governo ao químico Sebastião Betâmio de Almeida em 1860. Surpreendido pela utilização de chumbo, matéria-prima cara, na produção de copos ordinários, adianta:

"o vidro calcário alcalino, sob pena de se estragar, precisa de ser manobrado na obragem com agilidade, com prontidão vigorosa, com brio fogoso... e os oficiais de cristal da Marinha Grande, quase todos da fundação da Real Fábrica, e com tradições e hábitos de fazer as coisas pausadamente como cumpre a prudentes funcionários, não desestimam a adição de um pouco de chumbo que lhes permite intervalar o improbo trabalho com o resfolegar do cavaco e da competente pitada." (Almeida, 1860)

O INII na FEIS: do passado que se combate ao passado a que se recorre

Um século depois de Almeida ter assim deplorado certas opções sócio-técnicas dos vidreiros marinhenses (as quais, sintomaticamente, faz radicar no passado fundador: eles seriam “quase todos da fundação da Real Fábrica”¹⁶⁴) cabia ao recém-criado INII pôr em prática um novo ensaio de mudança nos modos de gestão do estabelecimento e de controlo dos seus vidreiros.

Em 1959, a Stephens chamava-se já FEIS – Fábrica-Escola Irmãos Stephens, designação estabelecida cinco anos antes pelo Decreto-lei 39 840, que pretendia transformá-la num estabelecimento formador e experimental, capaz de “promover a elevação do nível técnico e artístico da indústria vidreira nacional”. Na verdade, este decreto-lei, que surge justificado, no respectivo preâmbulo, por uma situação de “crise” do estabelecimento a reclamar reorganização consentânea com o “moderno condicionalismo económico”, correspondeu a uma primeira tentativa de modernização e racionalização da administração fabril. A segunda figura da gerência deixava de ser o “mestre geral” instituído pelo regulamento de 1928 para passar a ser um “engenheiro-chefe, habilitado com o curso de engenharia química”, e a fábrica passava a reportar à direcção-geral dos Serviços Industriais. Mas à chegada do INII, cinco anos depois, quase tudo estava ainda por realizar.

A documentação disponível, em particular as informações e propostas do INII à respectiva tutela (secretaria de estado da Indústria)¹⁶⁵ nas quais a a FEIS marca uma presença assídua, revela as dificuldades experimentadas pelo instituto na Marinha Grande. Como medidas imediatas, é nomeado

¹⁶²Como o INII viria, muito mais tarde a deplorar, os seus colaboradores mais próximos encontravam-se “ao nível de mestre e contramestre” – INII, informação 15/1963).

¹⁶³Ver por exemplo INII, informação 19/1963.

¹⁶⁴Tendo esta fundação ocorrido 90 anos antes, a afirmação encerra um erro de aritmética revelador.

¹⁶⁵A documentação do INII aqui citada foi consultada no arquivo do LNEG. Trata-se essencialmente de informações e propostas do INII à tutela, a algumas das quais se encontram anexos ofícios e cartas vários associados ao respectivo assunto. Esta documentação encontra-se arquivada por ordem cronológica em volumes anuais (ano civil).

para presidir ao conselho consultivo da FEIS um técnico superior do INII licenciado em económicas e financeiras, que se revelará bastante bem escudado pela direcção do instituto¹⁶⁶, e em abril de 1961 arranca um vasto “estudo de reorganização” do estabelecimento, com duração entre 26 e 30 meses¹⁶⁷, encomendado a uma firma francesa de consultoria: a *Paul Planus*, cujo fundador publicara em 1930 uma brochura intitulada *Le Chronométrage* (Planus, 1930).

Ao olhar do INII, tal como se encontra expresso nas fontes, a FEIS surge profundamente desorganizada, particularmente em termos administrativos e contabilísticos (por exemplo INII, informação 59/1962) e insuficientemente provida de conhecimento pertinente, tanto técnico como organizativo: “Na FEIS trabalham cerca de 600 homens, que não poderão evidentemente manter-se por muito tempo sem o indispensável enquadramento técnico superior”, (INII, proposta 82/1962). Assim, o instituto promove a contratação de engenheiros e outros licenciados (*idem*; também INII, proposta 42/1969) e, ao mesmo tempo, impõe uma presença cada vez mais interveniente na gestão do estabelecimento por parte do técnico que inicialmente nomeara para o conselho consultivo da fábrica (cf nota 11).

A importância destes quadros é tanto maior para o INII quanto existe, por parte da sua direcção, a noção clara de que pelo menos parte das mudanças que pretende implementar dificilmente serão bem recebidas na fábrica. Assim, por exemplo, em agosto de 1963 o INII informa a tutela de que o trabalho de reorganização contratado à firma consultora se encontra concluído – “com excepção dos problemas em relação aos quais poderiam vir a verificar-se de momento reacções particularmente graves de ordem social (como remuneração do trabalho à peça, simplificação dos postos de trabalho, etc)” (INII, proposta 19/1963). E em 1966 constata que pouco sobra do trabalho de reorganização levado a cabo três anos antes: “o sector de produção nunca utilizou e deixou desaparecer as implantações deixadas pela Planus” (INII, informação 32/1966). O INII é portanto forçado a recuar em pontos relacionados com a estrutura e a reprodução social do grupo vidreiro, embora estes fossem fundamentais para o seu programa de aumento da produtividade do trabalho.

Mas, embora nunca tivesse esperado encontrar no administrador da Fábrica em funções um aliado para a sua acção¹⁶⁸, dificilmente a direcção do INII teria previsto que, quatro anos após assumir a tutela da fábrica, viria a intervenção dos tribunais na sequência da “posição de franca e ostensiva rebeldia contra essa orientação e disciplina” reiteradamente assumida por Calazans Duarte, inclusive com “tentativa de modificação e até de anulação” da reorganização Planus (INII, proposta 85/1963).

¹⁶⁶Que o faz sucessivamente nomear encarregado da contabilidade (INII, proposta 133/1962) substituto do administrador nos impedimentos deste (*idem*) e finalmente administrador (INII, proposta 120/1967) louvando oficialmente o seu trabalho no estabelecimento (INII, proposta 123/1967) e acolhendo sempre favoravelmente, tanto quanto a documentação disponível permite seguir, as suas informações propostas sobre a Fábrica.

¹⁶⁷Ver por exemplo INII, proposta 6/1963.

¹⁶⁸Em vários documentos se refere que só por prudência fora Calazans Duarte mantido no cargo aquando da entrada do INII na Fábrica (ver por exemplo INII, informação 15/1963, informação 14/1966).

Ao mesmo tempo que se abstém, por considerar não ter condições de intervenção, de dar pareceres explícitos sobre matérias de gestão da Fábrica¹⁶⁹, o INII começa a explorar caminhos para afastar Calazans Duarte (INII, proposta 15/1963, proposta 14/1966). Mas só em 1966, empurrado por um despacho relativo à prestação de serviços ao estado por parte de reformados e aposentados publicado no ano anterior, deixa Calazans Duarte o lugar de administrador. O INII rejubila: “Com a saída do Snr. Engº. Calazans Duarte de administrador da FEIS, torna-se possível retomar a tarefa de reorganização interrompida em 30 de Junho de 1963, por motivo da resistência e lamentáveis atitudes tomadas por aquele senhor” (INII, proposta 112/1966). Na verdade, a presença na fábrica do que o INII percebia como uma figura de outros tempos (tal como Betâmio de Almeida percebera os oficiais vidreiros de 1859 como se fossem de 90 anos antes) fora sempre sentida como um incómodo. Apenas “por razões bem compreensíveis e de óbvia prudência – em que ressaltavam então os gravíssimos riscos que se poderiam correr, até de ordem social, se o INII assumisse abruptamente a responsabilidade da direcção de uma fábrica sem quadros técnicos, nem a menor organização, e cujo passado e problemas se desconheciam totalmente” fora o instituto inicialmente favorável à permanência do antigo administrador (INII, proposta 14/1966).

Efectivada, com a saída anunciada de Calazans Duarte, a posse da fábrica pelo INII, é formalmente nomeado administrador o funcionário da casa que desde início fora destacado para a FEIS (INII, proposta 120/1967). Rompendo ainda uma vez com o passado, José Garcia Jr decide, ao contrário do que fizera o seu antecessor, não habitar o edifício residencial do complexo fabril, que ficaria destinado unicamente a escritório da fábrica. Contudo, embora já aí não resida, Calazans Duarte recusa entregar a chave, exigindo uma ordem por escrito. O INII vê-se forçado a novas diligências, e o chefe de gabinete da secretaria de estado emite a respectiva ordem de entrega, a que Duarte corresponde¹⁷⁰.

Quando tudo indicava que o assunto estivesse encerrado, porém, o INII toma conhecimento de que a Câmara Municipal da Marinha Grande solicitara ao ministro da Educação a instalação, precisamente naquele edifício, do Museu Nacional do Vidro, pedindo também à Gulbenkian que apoiasse o projecto (INII, informação 15/1967). Mas a esta nova perturbação, mais uma vez directamente ancorada no passado da fábrica, da sua acção modernizadora no estabelecimento, o INII riposta pronta e facilmente: a correspondência entre o director do instituto e o presidente da Gulbenkian a propósito deste assunto, assim como o tom dos ofícios que ambos dirigem ao edil marinhense, é transparente a respeito da proximidade social entre os dois primeiros, da distância a que deles se encontra um obscuro presidente de câmara de província, e do modo como esta topografia social interfere no funcionamento e na árvore de decisão do aparelho burocrático.

¹⁶⁹O director vai dando conhecimento à tutela de documentos e informações relacionadas com a Fábrica, mas sempre escusando-se a explicitamente comentar ou dar parecer (embora, ao fazê-lo, de algum modo vá comentando). Por exemplo INII, proposta 40/1965, informação 32/1966.

¹⁷⁰INII, informação 1/1967; ofício do chefe de gabinete do secretário de estado da Indústria ao administrador substituto da FEIS, 13.01.1967 (arquivado junto ao anterior).

Não é criado qualquer museu, o edifício continua a abrigar os escritórios da FEIS, e os trabalhos de reorganização prosseguem, agora com um novo consultor. Contudo, ao invés de continuar a ignorar ou combater as narrativas locais do passado da fábrica, o INII prepara-se agora para tomar esse passado como recurso capaz de apoiar os seus propósitos. Escrevendo, em outubro de 1967, ao presidente da empresa que prosseguirá a reorganização, o director do INII assinala que pretende vê-la terminada em 1969, altura em que “se comemorará com grande solenidade os primeiros dois séculos de existência da fábrica”¹⁷¹.

O bicentenário da Fábrica: equívocos e polémicas de uma comemoração

Como é sabido, a manufactura (e depois a indústria) vidreira permitiram à localidade e aos seus habitantes construir significativas práticas e narrativas de distinção e identidade no contexto regional e, mesmo, nacional. As muito variadas fontes disponíveis atestam, de facto, um longo e complexo processo de identificação simbólica entre a localidade e o trabalho do vidro, entre marinhenses e vidreiros, entre a história da terra e a história da fábrica Stephens (Marques, 1995; 1998b).

Nestas dinâmicas de memória e identidade locais radica a improvável aliança entre o republicano Calazans Duarte e o presidente de uma câmara municipal da ditadura, assim como o eco que, apesar da censura, a acção do INII na fábrica e o seu conflito com o antigo administrador vão tendo na imprensa local – que se toma invariavelmente o partido deste último, cuja notoriedade local, de resto, amiúde documenta¹⁷². Assim, a imprensa marinhense lamenta que a comemoração dos dois séculos da Fábrica não tenha trazido o desejado Museu do Vidro, falha que atribui à má vontade do INII perante uma proposta municipal (JMG, 20.02.1970), acolhe rumores, que espelham a desconfiança local face ao instituto, sobre a alegada intenção daquele organismo de privatizar o estabelecimento (JMG, 18.07.1969, 16.10.1969) – sendo a primeira destas peças objecto de desenvolvida informação do INII à tutela (INII, informação 37/1969), deplora a atitude pouco favorável do INII face às visitas turísticas à fábrica (*Voz da Marinha Grande* 26.04.1963) e considera que o instituto menospreza os periódicos locais (VMG, 25.06.1966, JMG, 27.02.1970).

Existe, contudo, ambivalência na atitude da imprensa local face ao INII: o discurso de progresso, desenvolvimento e prosperidade associado às doutrinas que este propaga, mormente na sua versão fordista, encontra aí ressonância, num tempo em que a emigração para o Norte da Europa vai proporcionando a muitos locais conhecimento directo de outros modos de organização do trabalho industrial e de outros níveis remuneratórios. São também aplaudidas iniciativas de formação e extensão

¹⁷¹Datada de 31.10.1967, esta carta do director do INII a Roger Forest encontra-se arquivada no volume 'Propostas e informações' desse ano.

¹⁷²Divulgando, por exemplo, a homenagem que lhe é prestada por antigos alunos (*Voz da Marinha Grande* 30.04.1959, p ex) à qual o próprio director do INII, então recém-chegado à fábrica, assiste vindo de Lisboa; a criação do Prémio Engenheiro Calazans Duarte, destinado aos alunos do curso de Vidraria da Escola Industrial (VMG 31.12.1959); a inclusão de Duarte na toponímia local e sua nomeação como cidadão honorário da terra (JMG 08.05.65); ou, ainda, publicando um texto em que este acerbamente deplora não ter sido convidado para a tomada de posse do seu sucessor na fábrica (JMG 17.02.1968).

realizadas ou apoiadas pelo INII (VMG 25.06.1966, JMG 25.06.1966, 16.07.1966, 11.03.1967). Mas esta adesão não se encontra, porém, isenta de reserva: “Porque será que os trabalhadores portugueses não produzem cá como lá fora?” – pergunta o JMG em 16.10.1969 (pleno período comemorativo do bicentenário da Stephens) para responder com três “aspectos fundamentais: falta de cultura, falta de condições de trabalho, falta de remuneração justa”. Ou seja, do ponto de vista local o caminho não seria aumentar a produtividade para depois subir os salários (tese implícita no discurso do director do INII aquando das comemorações – JMG, 27.02.1970) mas, precisamente, o inverso.

Gozando assim, na localidade, de escassa simpatia, vai então o INII, aquando do bicentenário da fábrica, fazer por entrar efectivamente no contexto local participando, também ele, na narração e comentário do passado vidreiro marinhense. São incluídos nas comemorações momentos rituais dedicados aos Stephens, e o embaixador britânico é convidado para os festejos. Mais ainda, os responsáveis do INII incorporam no seu discurso parte das elaborações locais sobre o passado da fábrica – com o director do instituto, por exemplo, a colocar-se na directa continuidade da acção dos proprietários iniciais: “preparação técnica, educação artística, formação humana ... [o INII tem] a mesma gama de preocupações que já há duzentos anos ocupava o espírito dos irmãos Guilherme e João Diogo Stephens” (JMG 27.02.1970).

E o INII toma ainda uma iniciativa de maior fôlego: encomenda e publica “uma monografia, de feição condigna, sobre a história da FEIS” (INII, proposta 68/1969) da autoria de um conservador do Museu de Arte Antiga. Mas, com isto, de novo vai colidir com relevantes representações e expectativas locais.

De facto, muitos na Marinha Grande suporiam que, a escrever-se algum dia a história da Fábrica, seria obrigatoriamente seu autor o jornalista Alfredo Gândara, natural da localidade e radicado há décadas em Lisboa, que vinha fazendo conferências e publicando opúsculos sobre história da indústria vidreira em Portugal pelo menos desde 1923 (*O Marinhense*, 14.04.1923). Mais do que estudar a história da Fábrica, Gândara aí interviera directamente, desenvolvendo, em 1924, uma campanha na imprensa contra o fecho do estabelecimento, então eminente (ver Marques, dir, 1996) e estabelecendo amizade com Calazans Duarte. Segundo afirma (JMG, 31.10.1969), chegara a ser, em 1965, “convidado oficialmente, por um organismo do Estado, a escrever a história da Fábrica”. Mas o convite fora posteriormente retirado, “sem tir-te nem guar-te”, e Gândara substituído “por outra pessoa, sem dúvida distinta, mas que teve de aceitar a mendicidade, por anúncios em diários de Lisboa e semanários da Província, de documentos para o fabrico da história da Nacional Fábrica” (*idem*). Assim, em janeiro e fevereiro de 1969, antecipando-se ao lançamento do livro do INII, o JMG publica, em vários números, um longo artigo de cariz historiográfico da autoria de Gândara, intitulado “Vai fazer dois séculos a Nacional Fábrica de Vidros de Marinha Grande, bela e solidamente erguida com vista à perpetuidade” (JMG 30.01.1969 e segs.) e inclui textos do mesmo autor nos vários números em que noticia os festejos do bicentenário (JMG 16.10.1969, 14.11.1969, 14.02.1970). No rescaldo das comemorações, em

22.02.1970, insere em primeira página uma referência fortemente crítica ao facto de Gândara não ter sido convidado para qualquer dos eventos comemorativos.

Mas Gândara representava, precisamente, a perspectiva marinhense sobre o passado da Fábrica (que os seus escritos, de resto, em muito contribuíram para construir) e o INII pretendia obviamente outro discurso. Escolhendo um autor não ligado à Marinha Grande – e a quem foi recomendado, aliás, “que se fizesse um estudo de carácter estritamente científico” (Barros, 1969: 14), isto é, sem o pendor encomiástico que constitui uma das marcas da referida perspectiva local – o INII está a construir um novo lugar de elaboração do passado da Fábrica, uma outra narrativa, adequada aos seus propósitos, dessa história a que não pôde afinal furtar-se.

Apropriação e reapropriação: o improvável legado do INII

Observámos, assim, como evolui a atitude do INII face ao passado da Fábrica. Num primeiro momento, esse passado e o que dele se materializa num presente entendido como desorganizado, improdutivo e insuficientemente, ou incorrectamente, hierarquizado, apresenta-se-lhe como um terreno resvaladiço (do qual a dado passo se vê mesmo forçado a retirar) e como um obstáculo poderoso aos seus intentos modernizadores. Toda uma teia de relações, hierarquias, preceitos e procedimentos, sedimentada num processo secular de produção e reprodução operária e fabril, tolhe a acção do INII na Fábrica, impede que se concretizem as relações e práticas de trabalho 'eficientes' e 'produtivas' aconselhadas pelos reconhecidos e dispendiosos consultores que contrata. Num segundo momento, experiente destas dificuldades, perante uma ocasião de elevado potencial simbólico como eram os 200 anos da fábrica e tendo apreendido a importância local do passado vidreiro, o INII entra nesse trabalho de memória, tomando agora, também ele, o passado como argumento.

Mas a eficácia da narrativa que as suas práticas e discursos então compõem é limitada no contexto local, até pelos conflitos que as enquadram, exemplificados pelas polémicas em torno de Calazans Duarte e de Alfredo Gândara. E sabemos, também, que nem a evocação dos Stephens como paladinos da “preparação técnica” dos vidreiros, nem a conseqüente denominação “Irmãos Stephens” aposta a um projectado Centro de Formação Profissional para trabalhadores vidreiros” (INII, informação 19/1972) puderam alterar os seculares modos de transmissão do conhecimento do ofício entre os operários da Fábrica. Longe de corresponderem às injunções do INII (ainda que enroupadas em alusões aos Stephens) para que se posicionassem num tempo exclusivamente presente, inteiramente disponível para a mudança, estes mantiveram na sua posse, e utilizaram nas suas relações com a nova tutela, um passado vivido e diariamente reproduzido nos gestos e interacções do trabalho fabril¹⁷³.

Já o livro do bicentenário, esse, foi fazendo o seu caminho nas representações marinhenses do passado fabril – até ser reeditado pela câmara municipal, em 1998, quando se comemoravam 250 anos

¹⁷³Muito mais tarde, em 1992, num contexto económico e laboral muito diferente, a extinção da Fábrica concretizaria a extorsão desse passado.

de vidro na localidade e finalmente se abria o Museu. Assim se re-apropriou localmente a narrativa que o INII a si chamara em 1969. Deste modo, não apenas foi impossível ao instituto confiscar ou contrariar o passado vidreiro como, ironicamente, da sua acção na Marinha Grande o que resta ainda é precisamente o livro com que até hoje contribui, *malgré-soi*, para a elaboração local daquele passado.

Bibliografia

- ALMEIDA, Sebastião. B., (1860), *Relatório sobre a Fábrica Nacional de Vidros da Marinha Grande*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- AMARO, Rogério R., (1980), *Développement et Industrialisation de L'Économie Portugaise dans le Contexte de la Division Internationale du Travail*, Thèse de Doctorat de Troisième Cycle, Grenoble, Université des Sciences Sociales.
- BARROS, Carlos V. S., (1969), *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande – II centenário*, Lisboa, FEIS / INII.
- CONNERTON, Paul, (1989), *How societies remember*, Cambridge, Cambridge UP.
- CONNERTON, Paul, (2009), *How modernity forgets*, Cambridge, Cambridge UP.
- DUARTE, Acácio C., (1942), *A indústria vidreira na Marinha Grande - conferência na Casa do Distrito de Leiria*, Marinha Grande, NFV.
- FRENCH, Brigittine, (2012), "The semiotics of collective memories", *Annual Review of Anthropology*: 337-353.
- GUYER, Jane, (2007), "Prophecy and the near future: Thoughts on macroeconomic, evangelical, and punctuated time", *American Ethnologist*, 34 (3): 409–421.
- HALBWACHS, Maurice, (1925), *Les cadres sociaux de la mémoire*, Paris, Alcan.
- INII, s. d., *Lista das publicações editadas*, Lisboa, INII.
- LAINS, Pedro, (2003), *Os progressos do atraso. Uma nova história económica de Portugal*. Lisboa, ICS.
- LIMA, Marinús. P. (colaboração de Duarte Pimentel, Fernanda Fialho, Maria de Jesus Botelho e Pedro Rivera), (1982), "Notas para uma história da organização racional do trabalho em Portugal (1900-80) – alguns resultados preliminares de uma investigação em curso", *Análise Social*, 72-73-74: 1299-1366.
- MADUREIRA, Nuno L., (1998), "O Estado, o patronato e a indústria portuguesa (1922-1957)", *Análise Social*, 148: 777-822.
- MARQUES, Emília M., (1995), '*Cantigas e cristais*'. *Actividade cultural, passado, identidade*, dissertação de Mestrado em Antropologia, Lisboa, UNL (manusc.).
- MARQUES, Emília M., dir., (1996), *Vidas passadas, obras presentes. Um olhar sobre estudiosos locais, no centenário de Alfredo Gândara*, Marinha Grande, CMMG.
- MARQUES, Emília M., (1998a), "O livro do II Centenário – contextos de um texto comemorativo" (prefácio à reedição), BARROS, Carlos V. S., *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande – II Centenário*, Marinha Grande, CMMG / Magno: III-VIII.
- MARQUES, Emília M., (1998b), "A Marinha Grande e o vidro. 250 anos de identidade", *Programa oficial das comemorações. 250 anos da indústria do vidro na Marinha Grande – 1748-1998*, Marinha Grande, CMMG: 22 pp. inum.
- MARQUES, E. M., (recolha de entrevistas: Ana Mafalda Ventura), (2000), "Resultados parcelares – vidreiros", AAVV, *Memória e identidades profissionais - reprodução de sistemas sócio-técnicos (relatório final do projecto PRAXIS/PCSH/P/ANT/44/96, coord. Jorge Crespo)*, Lisboa, manusc.: 211-68.
- MARQUES, Emília M., (2009), *Os operários e as suas máquinas. Usos sociais da técnica no trabalho vidreiro*, Lisboa, FCG / FCT.
- MORAIS, João e VIOLANTE, Luís, (1986), *Contribuição para uma cronologia dos factos económicos e sociais, Portugal, 1926 – 1985*, Lisboa, Horizonte.
- PLANUS, Paul, (1930), *Le chronométrage*, Paris, Comité National de l'Organisation Française.
- ROSAS, Fernando, (1994), "Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária", *Análise social*, 29: 871-887.

- ROLLO, Maria F., (1994), *Portugal e o Plano Marshall. Da rejeição à solicitação da ajuda financeira norte-americana, 1947-1952*, Lisboa, Estampa.
- SANTOS, Mário C., s. d. [1970, 5ª ed.], *Métodos, movimentos e tempos de trabalho*, Lisboa, INII.
- SENNETT, Richard, (1998), *The Corrosion of Character: The Personal Consequences of Work in the New Capitalism*, London, WW Norton.
- SMITH, James H., (2015), "'May it never end'. Price wars, networks, and temporality in the '3 Ts' mining trade of the Eastern DR Congo", *Hau: Journal of Ethnographic Theory*.